

Estudo do Veto nº 4/2022

ACESSO DE PEQUENOS CRIADORES A ESTOQUE PÚBLICO DE MILHO

Veto Parcial aposto ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2021 (oriundo da MPV nº 1.064/2021)

3 dispositivos vetados

Autoria da matéria vetada:

- Presidência da República

Relatoria na Câmara:

- Deputado Benes Leocádio (REPUBLICANOS-RN): Parecer proferido em Plenário.

Relatoria no Senado:

- Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS): Parecer proferido em Plenário.

Ementa do projeto de lei vetado:

Institui o Programa de Venda em Balcão, com o objetivo de promover o acesso do pequeno criador de animais ao estoque público de milho; e dá outras providências.

Síntese do Veto:

O veto incide sobre dispositivos que estabelecem os requisitos para ser beneficiário do Programa de Venda em Balcão e a possibilidade de acesso ao estoque público de farelo de soja e de caroço de algodão para o pequeno pecuarista nas Regiões Norte e Nordeste.

Estudo do Veto nº 4/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 04.22.001
	<p>inciso II do "caput" do art. 2º:</p> <p><i>embora não detentor da DAP - Pronaf ativa, ou outro documento que venha a substituí-la, enquadre-se em critérios objetivos estabelecidos para a definição da renda bruta anual vigente no âmbito do Pronaf ou explore imóvel rural com área equivalente a até 10 (dez) módulos fiscais.</i></p>
ASSUNTO	Requisitos para ser beneficiário do Programa de Venda em Balcão
EXPLICAÇÃO DO ITEM	<p>O texto inicial da MPV 1.064/2021 estabelece que, para ser beneficiário do Programa de Venda em Balcão, o pequeno criador de animais, inclusive o aquicultor, deve possuir Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP-Pronaf) ativa ou documento equivalente, entre outras exigências. O Deputado Benes Leocádio, em seu Parecer Preliminar de Plenário nº 1, acolheu a Emenda nº 41, do Deputado José Mário Schreiner (DEM-GO), e propôs Projeto de Lei de Conversão que estende os benefícios do PVB ao pequeno criador que, embora não detentor da DAP - Pronaf ativa ou documento equivalente, enquadre-se em critérios objetivos estabelecidos para a definição da renda bruta anual vigente no âmbito do Pronaf ou explore imóvel rural com área equivalente a até 10 (dez) módulos fiscais.</p>
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa contraria o interesse público haja vista que a não exigência da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP-Pronaf) ou outro documento que venha substituí-la dificultará a comprovação do status de pequeno criador por parte do agricultor familiar. Assim, ao estabelecer o limite do imóvel rural de até 4 para 10 módulos fiscais, inclui-se público de maior porte e com facilidade de acesso a mercados de insumos não subvencionados.</p> <p>Outrossim, para ampliação do escopo para outros produtos, deve-se observar os art. 16, art. 17 e art. 26 da Lei nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, e também os art. 125 e art. 126 da Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020 - LDO 2021.”</p> <p>Ouvido o Ministério da Economia.</p>

Estudo do Veto nº 4/2022

ITEM 04.22.002	
DISPOSITIVO VETADO	<p>"caput" do art. 8º:</p> <p><i>Nas Regiões Norte e Nordeste, o Programa de Venda em Balcão poderá promover o acesso do pequeno criador de animais ao estoque público de farelo de soja e de caroço de algodão, observadas as regras desta Lei aplicáveis à aquisição, à remoção e à venda de milho.</i></p>
ASSUNTO	Acesso ao estoque público de farelo de soja e de caroço de algodão
EXPLICAÇÃO DO ITEM	O Deputado Benes Leocádio, em seu Parecer Preliminar de Plenário nº 1 , propôs Projeto de Lei de Conversão que estabelece que, nas Regiões Norte e Nordeste, o Programa de Venda em Balcão poderá promover o acesso do pequeno criador de animais ao estoque público de farelo de soja e de caroço de algodão, observadas as regras desta Lei aplicáveis à aquisição, à remoção e à venda de milho, e que o volume de compra dos produtos concorrerá com os recursos orçamentários destinados para a compra de milho pelo PVB.
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	<p>“A proposição legislativa contraria o interesse público, tendo em vista que a incorporação, nas Regiões Norte e Nordeste, dos insumos farelo de soja e caroço de algodão, cujos preços são superiores ao preço do milho não estariam contemplados no orçamento do Programa de Venda em Balcão, tendendo a provocar aumento no custo de aquisição, pelo custo de industrialização e em diversos casos do custo de transporte, tendo impacto no programa de milho ao gerar menor atendimento deste que constitui o item mais relevante na alimentação de animais, bem como gerando assimetria com outras regiões, em confronto com a característica de universalidade.</p> <p>Ademais, o Governo Federal não forma estoque de farelo de soja e de caroço de algodão, os quais são produtos mais perecíveis que o milho em grão, o que constitui uma restrição na operacionalização, nos moldes de condução do Programa Balcão de Venda, pela dificuldade de armazenagem e impossibilidade de garantir qualidade do produto, o que poderá causar perdas indesejáveis e inconvenientes ao Programa.”</p> <p>Ouvidos o Ministério da Economia e o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento.</p>

Estudo do Veto nº 4/2022

DISPOSITIVO VETADO	ITEM 04.22.003
	parágrafo único do art. 8º: <i>O volume de compra dos produtos a que se refere o caput deste artigo concorrerá com os recursos orçamentários destinados para a compra de milho pelo Programa de Venda em Balcão.</i>
ASSUNTO	Acesso ao estoque público de farelo de soja e de caroço de algodão
EXPLICAÇÃO DO ITEM	Idem
RAZÃO PRESIDENCIAL DO VETO	Idem